

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026
PROCESSO SEI nº 9079603110001199.000007/2026-13

Unidade: CRCAL

**CONTRATO Nº XX/2026, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DE ALAGOAS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

O CONSELHOREGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS–CRC/AL, autarquia federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.12.303.541/0001-78, com sede na Rua Dona Tereza de Azevedo, 1526, Pinheiro, CEP. 57057-570 Maceió/AL, Fone: (82) 3194-3030, neste ato representado por seu Presidente, o Contador, **JOSÉ ALBERTO VIANA GAIA** inscrito no CPF sob o n. 136.728.004-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, bem como pelo Regimento Interno do Regional aprovado pela Resolução CRC/AL nº. 294, de 25 de abril de 2019, com alterações previstas na Resolução CRC/AL nº.319, de 03 de dezembro de 202, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXX** sediada em **XX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 9079603110001199.000007/2026-13 e em observância às disposições da Lei nº14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões magnéticos/eletrônicos com chip, bem como a gestão e recarga mensal, para a concessão do benefício de auxílio-alimentação aos empregados e ocupantes de cargos comissionados do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.

1.2. A contratação visa assegurar a continuidade da concessão do auxílio-alimentação aos empregados do CRCAL, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2026 e as diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), observando a Lei nº 6.321/1976, o Decreto nº 10.854/2021 e a Lei nº 14.442/2022, que veda o desvio de finalidade do auxílio-alimentação.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026;

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste instrumento, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam detalhadamente no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A fiscalização da execução do contrato será exercida por representantes da CONTRATANTE, designados por meio da Portaria CRCAL nº 035, de 16 de março de 2026, competindo-lhes o acompanhamento técnico e administrativo da execução, conforme as atribuições estabelecidas na referida Portaria e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste contrato, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E VALOR CONTRATUAL

5.1. O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 117.810,00 (cento e dezessete mil oitocentos e dez reais) anuais, conforme estimativa preliminar do Documento de Formalização de Demanda (DFD).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração (se houver), frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos (recargas mensais de cartões).

5.4. Conforme o art. 3º da Lei nº 14.442/2022, é vedada a exigência ou recebimento de qualquer tipo de deságio (rebate) ou descontos sobre o valor contratado que não estejam previstos em lei.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação da prestação dos serviços e a disponibilização dos créditos nos cartões dos beneficiários, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização.

6.2. O prazo para pagamento será de até 10 dias úteis, contados do recebimento definitivo da fatura, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, a pedido da CONTRATADA, mediante a aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro que venha a substituí-lo, conforme legislação vigente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, por meio do Gestor e Fiscais designados;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de PRAZO 15 dias úteis;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.1.5. Comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, mediante a entrega dos documentos pertinentes (prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), quando não for possível a verificação no SICAF, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.12. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.1.13. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, incluindo a disponibilização de rede credenciada ampla e compatível com as necessidades dos beneficiários em Maceió/AL e região metropolitana, e a garantia de substituição de cartões em caso de perda, furto ou dano, no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência;

9.1.14. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.1.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminar os dados pessoais, salvo nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção (Lei nº 12.846/2013) e comprometem-se a não praticar atos ilícitos que possam comprometer a execução contratual.

11.2. A CONTRATADA deverá manter canal de denúncias e mecanismos de integridade durante a vigência do ajuste, bem como assegurar que seus empregados e subcontratados (se houver) ajam em conformidade com a legislação anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato que não justifique a imposição de penalidade mais grave;

II. Multa, que poderá ser:

a) Moratória: de [sugestão: 0,5%] por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de [sugestão: 10%] do valor total do contrato;

b) Compensatória: de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme estabelecido no art. 156, §3º da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do objeto;

III. Impedimento de licitar e contratar, quando a CONTRATADA incorrer nas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando a CONTRATADA incorrer nas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de impedimento, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2. O cálculo da multa compensatória observará a gravidade da infração, os danos causados à Administração e a vantagem auferida pela CONTRATADA, respeitando sempre os limites de 0,5% a 30% do valor do contrato.

12.3. As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados, da garantia contratual (se houver) ou cobradas judicialmente, se for o caso.

12.4. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, conforme o art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes ou por decisão judicial/arbitral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS E FORO

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

14.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Maceió/AL, [DIA] de [MÊS] de 2026.

JOSÉ ALBERTO VIANA GAIA
Presidente do CRCAL
(CONTRATANTE)

[NOME DO REPRESENTANTE]
[CARGO]
(CONTRATADA)